

2. Políticas, instituições e cidadania

OC - (23241) - TRADUZIR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL E IGUALDADE DE GÉNERO EM PRÁTICAS TANGÍVEIS

Sofia Almeida Santos (Portugal)^{1,2}

1 - CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas; 2 - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto

Ao longo das últimas décadas temos assistido a inúmeros avanços e recuos nas políticas educativas com vista ao alcance de uma maior cidadania e igualdade. Tanto a nível europeu como a nível nacional, tem-se registado numerosas iniciativas, bem como entendimentos contrastantes sobre o papel de ambientes mais flexíveis nas aprendizagens e bem-estar. Neste contexto de mudança, a integração da educação sexual e igualdade de género nas escolas portuguesas assume-se como uma das dimensões mais críticas e contestadas do currículo, pela sua natureza política, cultural, social e moral.

Tendo por base as alterações legislativas que ocorreram a cada década, com a primeira referência em 1984 e, mais recentemente, em 2018, podemos dizer que o espaço político e educativo para a educação sexual está criado.

A sua análise permite-nos identificar verdadeiros pontos de viragem que levaram à evolução de uma breve referência no contexto da saúde pública, para uma abordagem mais abrangente e inclusiva da diversidade sexual. Atualmente, a sexualidade e género são, assim, abordados politicamente sob a égide da cidadania como forma de acesso e direitos de cidadania sexual. Mas será este acesso suficiente para a sua concretização?

Especificamente, no sector educativo, apesar da Lei da Educação Sexual (Lei n.º 60/2009) e dos esforços recentes delineados na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Lei n.º 55/2018), a implementação efetiva destas questões parece permanecer distante da realidade e das necessidades dos jovens, reforçando, em vez de mitigar, a violência social. Casos mediáticos e polémicos, como o "Caso Cidadania" que tornou público o destino de dois jovens de uma escola de Famalicão, ou o debate que opôs manifestos a favor e contra a obrigatoriedade destes assuntos, ou ainda os recentes movimentos contra a lei da autodeterminação da identidade de género nas escolas, mostram a centralidade da discussão democrática sobre género e sexualidades.

Palavras-chave : política educativa, educação sexual e de género, cidadania sexual e íntima